



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG) Ata da 53ª reunião, realizada em 23 de junho de 2017

1 Em 23 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representante do poder público estadual.
7 Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento
8 de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae).
9 Representantes dos usuários de recursos hídricos. Renato Junio Constâncio, da
10 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Carlos Alberto Santos Oliveira,
11 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
12 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
13 Gerais (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
14 Geração de Energia Limpa (Abragel); Francisco de Assis Lafetá Couto, do
15 Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de entidades da sociedade civil
16 ligadas aos recursos hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para a
17 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli,
18 do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
19 (Fonasc); Francisca Maria Ribeiro Printes, da Associação Brasileira de Águas
20 Subterrâneas (Abas); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências
21 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em**
22 **pauta.** **1) ABERTURA.** A presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou
23 aberta a 53ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. **2)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **3) EXAME**
25 **DA ATA DA 52ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 52ª reunião da
26 CTIG, realizada em 19 de maio de 2017, com abstenções dos conselheiros
27 Francisco de Assis Lafetá Couto, Francisca Maria Ribeiro Printes e Renato
28 Junio Constâncio. **4) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RECURSO DE**
29 **INDEFERIMENTO DE OUTORGA PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 4.1)**
30 **Rogério Carneiro Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG.**
31 **Processo de Outorga 27429/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
32 Recurso deferido por maioria, contrariamente ao parecer técnico da Supram Sul
33 de Minas, que sugeriu o indeferimento. Foram registrados voto contrário da
34 conselheira Francisca Maria Ribeiro Printes, que votou pelo parecer da Supram,
35 e abstenção do conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo. Por voto da maioria,
36 a CTIG deliberou a concessão da outorga nos termos solicitados, com a

37 inclusão das seguintes condicionantes: – “Instalação de um dreno de fundo que
38 garanta a vazão residual de 90% da Q7,10. Prazo: 90 (noventa) dias.”; –
39 “Realizar monitoramento hidrológico da vazão residual, conforme previsto na
40 Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2302/2015.” **4.2) Rogério Carneiro**
41 **Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG. Processo de**
42 **Outorga 27431/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.** Recurso deferido
43 por maioria, contrariamente ao parecer técnico da Supram Sul de Minas, que
44 sugeriu o indeferimento. Foram registrados voto contrário da conselheira
45 Francisca Maria Ribeiro Printes, que votou pelo parecer da Supram, e
46 abstenção do conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo. Por voto da maioria, a
47 CTIG deliberou a concessão da outorga nos termos solicitados, com a inclusão
48 das seguintes condicionantes: – “Instalação de um dreno de fundo que garanta
49 a vazão residual de 100% da Q7,10. Prazo: 90 (noventa) dias.”; – “Realizar
50 monitoramento hidrológico da vazão residual, conforme previsto na Resolução
51 Conjunta SEMAD/IGAM nº 2302/2015.” **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
52 **DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1)**
53 **Marcio Nepomuceno de Rezende. São Sebastião do Paraíso/MG. Processo**
54 **de Outorga de desvio de curso de água nº 37803/2015. Apresentação:**
55 **Supram Sul de Minas.** Processo baixado em diligência pela Presidência, em
56 atendimento a solicitação do conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli, para
57 complementação de informações técnicas no processo que permitam a análise
58 do pleito, inclusive com esclarecimentos sobre a posição do Codema local
59 acerca do empreendimento. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro solicitou
60 que seja exigida do empreendedor a apresentação de um parecer técnico de um
61 especialista em geomorfologia fluvial. Conforme sugestão da Supram, a
62 Presidência solicitou que os conselheiros encaminhem à secretaria executiva
63 todas as dúvidas sobre o processo, para que sejam respondidas com a baixa
64 em diligência. **5.2) Mantiqueira Energia. Central Geradora Hidrelétrica. CGH**
65 **Serra Negra. Santa Bárbara do Monte Verde/MG. Processo de Outorga de**
66 **barragem nº 20194/2015. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Processo
67 retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro
68 e vista conjunta solicitada pelos conselheiros Gustavo Tostes Gazzinelli e
69 Thiago Salles de Carvalho. Antes dos pedidos de vista, nesta sessão, o
70 empreendedor fez exposição de seu projeto e propôs nova redação para a
71 condicionante nº 1, nos seguintes termos: “Realizar monitoramento do nível da
72 água do reservatório/início do canal de adução de forma a verificar,
73 matematicamente, as descargas em trânsito no trecho de vazão residual.” **5.3)**
74 **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/BR-440**
75 **(ligação BR-040 MG à BR-267 MG). Juiz de Fora/MG. Processo de Outorga**
76 **de canalização nº 31210/2016. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
77 Outorga concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico da Supram
78 Zona da Mata. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli registrou abstenção de

79 voto. “Eu vou me abster porque não tenho uma posição formada sobre esse
80 projeto. Eu imagino que em um projeto como o da duplicação da BR-040 vão
81 aparecer outras outorgas aqui para analisarmos. E gostaria de sugerir que, caso
82 isso aconteça, elas venham em conjunto, inclusive para que possamos analisar
83 as condicionantes em conjunto também. Eu gostaria de sugerir à secretaria
84 executiva que não receba mais nenhum pedido de outorga de um mesmo
85 empreendimento de forma fragmentada.” Declaração de voto do conselheiro
86 Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu declaro meu voto com antecipação. Eu sou
87 favorável. Mas eu queria pedir: o material que chega para nós é o parecer da
88 Supram. Essa pobreza cartográfica, eu não acredito que seja isso que o Dnit
89 apresentou nos seus projetos. Porque não conseguimos localizar e analisar.”
90 Marco Antônio Barbosa, representante do Dnit, colocou o órgão à disposição
91 para fazer uma apresentação fotográfica sobre o empreendimento, na próxima
92 reunião, para apreciação da Câmara. A presidente Irany Maria de Lourdes
93 Braga agradeceu a manifestação do Dnit e informou que a apresentação poderá
94 ser realizada. **6) RETORNO DA AVALIAÇÃO CONJUNTA DO ESTUDO DE**
95 **DESCOMISSIONAMENTO DA PCH PANDEIROS, SITUADA NO REFÚGIO**
96 **ESTADUAL DA VIDA SILVESTRE RIO PANDEIROS, A SER FEITA PELO**
97 **IGAM, IEF, RESPECTIVA SUPRAM E EQUIPE DA CEMIG, UFLA, UFMG E**
98 **UNIVERSIDADE DE SOUTHAMPTON, EM ATENDIMENTO DA DECISÃO DA**
99 **50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTIG, REALIZADA EM 26/8/2016,**
100 **RELACIONADA À PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE**
101 **ÁGUA DA BACIA DO PANDEIROS.** Danilo Cezar Torres Chaves, diretor de
102 Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
103 Hídricos/IGAM, e Raquel, da Cemig, fez apresentação à Câmara sobre a
104 avaliação conjunta do estudo de descomissionamento da PCH Pandeiros.
105 Danilo Cezar Torres Chaves registrou as seguintes conclusões: “No nosso
106 entendimento, o que ficou claro é que a classificação do rio não é um
107 impedimento. Isso foi uma manifestação clara da Supram Norte de Minas, de
108 que a classificação não é um impedimento ao descomissionamento, mas que a
109 licença a ser pedida para o descomissionamento da usina hidrelétrica terá que
110 considerar a classe do rio. Então, no nosso sentimento, não tem implicação
111 nenhuma, e sugerimos que a classificação do rio Pandeiros dê prosseguimento
112 no Conselho e possa ir ao Plenário. Não há impedimento nenhum, do ponto de
113 vista das instituições que se reuniram e chegaram a essa conclusão. Então
114 estamos indicando que pode dar prosseguimento à classificação do rio e que a
115 Cemig e o empreendedor vão ter que considerar essa classificação quando do
116 pedido da licença para o descomissionamento.” A presidente Irany Maria de
117 Lourdes Braga acatou sugestão para que a secretaria executiva encaminhe
118 convite ao professor Paulo Pompeu, da Universidade Federal de Lavras, que
119 está coordenando o estudo sobre descomissionamento, para fazer
120 apresentação à CTIG. Raquel, da Cemig, informou que será realizado um
121 workshop, em novembro, sobre remoção de barragens, além de outras

122 discussões. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli propôs que as atas das
123 reuniões realizadas para a avaliação conjunta sejam encaminhadas aos
124 conselheiros da CTIG para acompanhamento do tema. Sugeriu ainda a
125 participação efetiva da comunidade. “A ideia do projeto é muito boa, e nós
126 aplaudimos. Mas é importante que não seja feito como uma matéria meramente
127 acadêmica, de importância acadêmica, porque tem um impacto local positivo em
128 alguns aspectos e pode ter alguns aspectos não tão positivos. Então, para além
129 da importância acadêmica, eu acho importante, como é a própria gestão de
130 recursos hídricos, que seja descentralizado e que a comunidade participe e
131 discuta.” O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro registrou as seguintes
132 considerações e contribuições. “É uma experiência inédita porque a nossa
133 prática é de construir reservatórios e fazer procedimentos de resgate e correr
134 atrás do prejuízo. Agora nós vamos ter oportunidade de ter um ganho. E alguns
135 problemas, na prática, devem ocorrer. Quando se constrói um lago artificial,
136 desabriga populações. Mas agora vai ter terra firme novamente. A questão, por
137 exemplo, da propriedade dessa terra. A quem vai pertencer? Justamente aí a
138 melhor solução é área de preservação mesmo, uma área, um parque. E já é um
139 parque. Mesmo porque o rio é classe especial. Por outro lado, pelo fato de ser
140 uma experiência realmente inédita, tem a questão da documentação e
141 divulgação desses resultados. Seria muito interessante que fosse criado um
142 portal, um site, em que todas essas matérias fossem concentradas, passassem
143 para o domínio público, e não ficasse só no ambiente acadêmico. A questão dos
144 monitoramentos, dos repovoamentos da fauna e da flora, tanto induzido quanto
145 natural, e documentar isso ao extremo, porque é uma oportunidade única
146 mesmo. E também o uso desse espaço pelas comunidades locais.” **7)**
147 **ASSUNTOS GERAIS. Excepcionalidade de restrição de uso.** O conselheiro
148 Antônio Giacomini Ribeiro solicitou informações sobre a instalação do Grupo de
149 Trabalho para estabelecimento de critérios de excepcionalidade de restrição de
150 uso para captação de água. A Presidência informou que os trabalhos só
151 poderão ser iniciados após a publicação da criação do GT. O conselheiro
152 registrou solicitação para que as reuniões do GT sejam marcadas para o
153 mesmo dia das sessões da CTIG, em horário alternativo, ou pelo menos no dia
154 anterior. O conselheiro Odorico Pereira de Araújo sugeriu que as reuniões do
155 GT possam ser realizadas pela manhã, quando houver sessão da Câmara no
156 período da tarde, e que o GT também possa se reunir em outro local, como na
157 sede de alguma das entidades representadas. **Pedido de vista no Plenário do**
158 **CERH.** A presidente Irary Maria de Lourdes Braga comentou sobre pedido de
159 vista pelo Fonasc, na última reunião do Plenário do CERH, de um processo que
160 já havia passado por esta Câmara. “Nós temos opiniões diversas, mas sempre
161 tentamos chegar a um denominador comum. E nós fomos surpreendidos por um
162 pedido de vista de um processo que tinha passado por aqui e do qual a
163 instituição que pediu vista fez a avaliação. Isso caiu para nós como um
164 desrespeito à própria CTIG, a esses membros que estão aqui, muitas das

165 vezes, fazendo um trabalho voluntário de avaliação. Nós sempre tentamos
166 chegar a um consenso, e chega a um outro nível e vai pedir vista? ‘Por que
167 você está pedindo vista?’ ‘Não, eu não tive tempo de ler’. ‘Não conversou com o
168 seu colega que estava na mesa?’ Então isso doeu, e eu não poderia deixar de
169 falar. Nós temos o pressuposto de que aqui nós entramos em um consenso.
170 Como nós fizemos com a DN 01, um trabalho maravilhoso, uma diversidade do
171 grupo que estava aqui. Teve vários pontos em que um concordava e o outro não
172 concordava, e nós chegamos a um mínimo denominador comum e falamos:
173 agora nós vamos levar para o Conselho o nosso consenso e não vamos mudar
174 de opinião lá na hora. E foi. Então eu não poderia deixar de externar a minha
175 decepção. Logicamente que a pessoa tem o direito de pedir vista na hora em
176 que bem quiser, mas eu não poderia, como presidente desta Câmara Técnica,
177 deixar de dizer da minha decepção nesse dia.” O conselheiro Odorico Pereira
178 de Araújo também se manifestou sobre o tema. “O que me chama muito a
179 atenção disso tudo que aconteceu é essa sinergia de sairmos com uma coisa
180 aprovada aqui e, quando deveríamos estar lá defendendo o que nós
181 aprovamos, estamos com membros da própria Câmara não acompanhando a
182 maioria. Como participamos do Conselho, eu acho que valorizamos o nosso
183 trabalho, e ficou um clima muito ruim no dia da reunião. Uma coisa que me
184 chamou muito a atenção foi a cara que a pessoa fez após a decisão de pedir
185 vista. Aquilo para mim foi uma afronta.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:
186 “Eu não vou ficar aqui defendendo o que a conselheira companheira nossa fez,
187 como ela falou. Agora, eu acho que ela tem, sim, autonomia para seguir a
188 consciência dela. Eu não nego isso a nenhum colega meu, mesmo divergindo
189 de posição. Apenas uma desculpa, uma justificativa: o nosso trabalho é feito de
190 forma totalmente voluntária, nenhum de nós trabalha financeiramente, e hoje
191 nós não somos tantas pessoas. Então às vezes fazemos muito mais do que
192 poderíamos, do que a nossa condição real permitiria. Com isso eu estou
193 querendo explicar que nem sempre conseguimos conversar antes das reuniões
194 para passar informações. Ela, muitas vezes, me consulta antes, mas dessa vez
195 isso não aconteceu. É uma infelicidade, e eu vou dizer isso para ela. Mas peço
196 aos senhores um pouco de paciência. Ela é uma pessoa muito sobrecarregada,
197 muito dedicada. Agora, eu não entendi por que tanta indignação. Eu já vi
198 entidades votar aqui uma coisa e, na outra reunião, mudar de posição, às vezes,
199 a mesma pessoa. Então esse tipo de coerência não existe para praticamente
200 ninguém. Mas eu, realmente, lamento pelo ocorrido. Posso garantir que as
201 entidades que vocês representam já fizeram coisas desse tipo em outras
202 situações. Então não é o primeiro caso, não é o último. E eu peço perdão pelo
203 Fonasc, e que tenham um pouco de condescendência conosco, apesar de as
204 nossas posições, muitas vezes, serem divergentes, mas respeitadas.”
205 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu também participei da reunião do
206 Conselho e estranhei um pouco esse pedido de vista. Mas não me senti tão
207 incomodado, como foi colocado pelos demais conselheiros, e não percebi algo

208 tão grave.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Um pedido de vista naquele
209 momento é uma desconstrução. Eu acho que nós precisamos crescer. Não
210 podemos continuar com a desconstrução de um trabalho (realizado pela
211 Câmara).” **Moção para disponibilização de documentos.** O conselheiro
212 Gustavo Tostes Gazzinelli registrou solicitação ao IGAM para que todos os
213 documentos enviados para análise da Câmara sejam salvos em PDF em vez de
214 serem escaneados, com o objetivo de garantir a qualidade da cópia,
215 principalmente para permitir a visualização das imagens. Solicitou ainda que
216 seja feita consulta no órgão para saber se existe alguma padronização a ser
217 seguida e que a sua sugestão seja avaliada para ser adotada em todos os
218 colegiados. Posteriormente, o conselheiro apresentou proposta de texto de
219 moção para ser deliberada pela CTIG e enviada ao CERH. “A CTIG, reunida no
220 dia 23 de junho de 2017, considerando a recorrente baixa qualidade das
221 imagens, fotografias e mapas nos relatórios e processos trazidos à análise de
222 seus conselheiros, fato também verificado em processos para análise do
223 Plenário e de outras Câmaras Técnicas, vem por meio desta solicitar às
224 secretarias executivas do CERH e das Câmaras Técnicas, bem como à direção
225 do Sisema, que não mais sejam disponibilizados PDFs sem condições
226 necessárias de legibilidade dos mesmos, dispensada a necessidade de
227 justificativa para essa medida.” Conforme consenso entre os conselheiros, esse
228 texto deverá ser encaminhado à secretaria executiva, bem como outras
229 sugestões para a redação, até o dia 30 de junho, para consolidação da moção
230 pela Presidência. A redação final deverá ser enviada aos conselheiros para
231 análise, e a moção, encaminhada para ser pautada na próxima reunião do
232 CERH. **Consulta da Arsa**. Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Encerra-se
233 no dia 30 o prazo que nós tínhamos colocado para receber contribuições para
234 considerarmos na minuta, antes de levarmos para audiência pública. Foi feita
235 apresentação no Fórum de Comitês e na última reunião do Conselho, e
236 estamos definindo esse prazo para avançar no processo.” **8)**
237 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
238 presidente Irary Maria de Lourdes Braga declarou encerrada a sessão, da qual
239 foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Irary Maria de Lourdes Braga
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão